

Auditoria Independente

Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga (PG010)

Relatório de avaliação das evidências disponibilizadas pela Fundação Renova em relação ao cumprimento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC

Setembro/2023



Elaborado por:

Proprietário do documento	Descrição do Documento
EY	Relatório de avaliação das evidências disponibilizadas pela Fundação Renova em relação ao cumprimento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC.

Plano de Gerenciamento de Projetos Controle de Versão

Versão	Data	Autor	Descrição das alterações
01	22/09/2023	EY	Emissão do documento.

Índice

1.	Limitações e Premissas	3
1.1.	Limitações e Premissas	3
1.2.	Objetivo	3
1.3.	Glossário de Termos e Siglas.....	4
1.4.	Documentos de Referência.....	4
2.	Detalhamento dos Procedimentos	5
3.	Resultados dos Procedimentos	9
3.1.	Verificação de evidências que suportam o cumprimento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC	9
4.	Conclusão	14

1. Limitações e Premissas

1.1. Limitações e Premissas

A EY foi contratada com o objetivo de acompanhar as atividades da Fundação Renova no âmbito dos Programas e seus desdobramentos previstos no Termo de Transação de Ajustamento de Conduta (TTAC), firmado no dia 02 de março de 2016, considerando o disposto nas cláusulas 198 a 202, ressalvando o item IV da cláusula 200, que prevê a auditoria da contabilidade de cada um dos Programas, este fora do escopo da EY. Adicionalmente, em 25 de junho de 2018, foi assinado o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC Governança), o qual dispõe, na cláusula Quinquagésima Terceira as obrigações da auditoria independente, não cabendo a EY realizar avaliações da contabilidade da Fundação Renova.

Os procedimentos aplicados consideraram as premissas estabelecidas no Procedimento Operacional Padrão (POP), que foi aprovado pelo CIF em 24 de novembro de 2016, através da Deliberação CIF nº 38. Em setembro de 2022, a EY emitiu a versão 7 do documento, por meio do ofício 68/2022/EY direcionado ao CIF, em que foram atualizadas questões relacionadas à Avaliação do Cumprimento de Cláusulas, Metodologia Amostral e outros aspectos relevantes.

Em dezembro de 2021, o CIF emitiu a Deliberação nº 556, a qual aprova o fluxo para avaliação do cumprimento de cláusulas do TTAC. Além disso, tal deliberação estabelece periodicidade para envio ao CIF do status e planejamento dos trabalhos da EY, bem como aprova o modelo de sumário executivo dos relatórios de Programas, emitidos pela EY.

O presente documento foi criado com finalidade específica e para uso em fórum restrito, não devendo ser utilizado para qualquer outro fim ou distribuído a terceiros que não tenham assumido a responsabilidade pela suficiência das informações neste contidas, ou que não tenham concordado com os procedimentos descritos no POP. Para a sua elaboração, foram consideradas limitações existentes e premissas previamente acordadas. O uso deste documento para outros fins, ou a sua leitura por pessoas que não detenham o conhecimento do contexto do trabalho pode resultar na interpretação equivocada dos fatos e eventualmente na adoção de medidas que venham a ser consideradas inadequadas.

Este documento considerou as informações que nos foram disponibilizadas durante o projeto, podendo haver outras informações que não chegaram ao conhecimento da EY e que eventualmente poderiam vir a alterar o resultado final do trabalho. Caso novas informações sejam disponibilizadas ou novas diretrizes para realização do trabalho sejam aprovadas, as informações contidas neste documento poderão vir a ser alteradas a qualquer momento, sem aviso prévio ou necessidade de consentimento das partes envolvidas.

Em nenhuma hipótese as informações contidas neste documento devem ser utilizadas para embasar conclusões definitivas, bem como para litígio, discussões jurídicas ou qualquer outro fim diferente do seu propósito estabelecido no escopo do trabalho acordado.

A divulgação das informações contidas neste documento para uso externo ou para terceiros somente poderá ser realizada desde que haja consentimento prévio pela EY, que a sua publicação englobe a integralidade das informações contidas neste relatório, e somente após a emissão da versão final do documento pela EY, sendo vedada a sua distribuição parcial.

1.2. Objetivo

O objetivo deste documento é apresentar os resultados obtidos a partir da avaliação das evidências disponibilizadas pela Fundação Renova relacionadas ao cumprimento do disposto nas alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e nas cláusulas 86 e 87 do TTAC, no âmbito do Programa de Recuperação das Demais Comunidades e Infraestruturas Impactadas entre Fundão e Candonga (PG010). Tal avaliação foi solicitada pela Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura (CT-Infra) à EY em 30 de agosto de 2023, por meio do Ofício

SEINFRA/CT-INFRA nº 8/2023, com base em sua Nota Técnica nº 24/2023, que recomendou a conclusão das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC. Ademais, este documento é fundamentado com base no disposto na Deliberação CIF nº 556, de 03 de dezembro de 2021, que estabelece o fluxo de avaliação relacionado às análises de cumprimento de cláusulas ou outras obrigações previstas no TTAC e TAC Governança.

1.3. Glossário de Termos e Siglas

- **ACORDO ou TTAC:** Termo de Transação e de Ajustamento de Conduta;
- **CIF:** Comitê Interfederativo;
- **CT:** Câmara Técnica;
- **CT-Infra:** Câmara Técnica de Reconstrução e Recuperação de Infraestrutura;
- **EY:** Ernst & Young;
- **MPF:** Ministério Público Federal;
- **POP:** Procedimento Operacional Padrão; e,
- **TAC Governança:** Termo de Ajustamento de Conduta.

1.4. Documentos de Referência

- Deliberações e demais documentos emitidos pelo CIF relacionados ao Programa;
- Documento de Definição do Programa (novembro/2022), aprovado pela Deliberação CIF nº 629 de 07 de dezembro de 2022;
- Notas Técnicas e demais documentos relacionados ao Programa emitidos pela CT-Infra;
- POP;
- TAC Governança; e,
- TTAC.

2. Detalhamento dos Procedimentos

No mês de outubro de 2021, a EY realizou reunião com o presidente suplente do Comitê Interfederativo (CIF) e, entre os temas discutidos, foi levantada a necessidade de proposição de um fluxo para verificação do cumprimento de cláusulas do TTAC, visto que o Acordo prevê encerramentos de Projetos e Programas, sem mencionar o cumprimento de cláusula, conforme exposto na cláusula 195 do TTAC:

Cada PROGRAMA ou PROJETO poderá ser individualmente encerrado, quando atingidas as metas e objetivos globais nele previstos, atestado pela AUDITORIA INDEPENDENTE, após validação do COMITÊ INTERFEDERATIVO, que deverá consultar o órgão ou a entidade competente. (TTAC, 2016, p.91).

Durante a 56ª Reunião Ordinária do CIF, realizada em 21 de outubro de 2021, o presidente suplente do CIF relatou a necessidade de definição de taxonomia comum para universalização da linguagem do sistema. Adicionalmente, o presidente suplente do CIF ressaltou a importância da elaboração da taxonomia, para que o Sistema CIF possa ter precisão e segurança nos encerramentos de cláusulas do TTAC.

Desta forma, no dia 30 de novembro de 2021, a EY apresentou aos representantes do CIF e do Ministério Público Federal (MPF) uma sugestão de Fluxo de Avaliação e Decisão de Cumprimento de Cláusula ou outras obrigações do TTAC e TAC GOV. Na 57ª Reunião Ordinária do CIF, o referido fluxo foi aprovado através da Deliberação CIF nº 556, emitida em 03 de dezembro de 2021.

Cumpra-se destacar que, conforme Fluxo de Avaliação e Decisão de Cumprimento de Cláusula ou outras obrigações do TTAC e TAC GOV, as solicitações de verificação do cumprimento de cláusulas devem ser acompanhadas da taxonomia do item, a qual deve ser aprovada pela Câmara Técnica correspondente e, posteriormente, encaminhada à EY para avaliação, junto da documentação suporte.

Nesse contexto, em 04 de julho de 2023, a Fundação Renova protocolou junto ao CIF o Ofício FR.2023.1621, solicitando ao CIF e à CT-Infra a avaliação do encerramento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC. Junto a esse ofício, a Fundação Renova apresentou a proposta de taxonomia do PG010 (“PG10 – Codificação – Revisão 01”).

Posteriormente, a CT-Infra enviou o Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº. 5/2023 para a EY em 27 de julho de 2023, solicitando subsídios referente a verificação de evidências que corroborem as intervenções realizadas pela Fundação Renova, nas infraestruturas relacionadas no Banco de Dados do Programa (“BANCO DE DADOS TERRITORIO 1 NOVA PROPOSTA REV.14_25-08-2023.xlsm”) às alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e às cláusulas 86 e 87 do TTAC.

Sendo assim, a EY enviou o Ofício nº 36/2023 para a CT-Infra no dia 08 de agosto de 2023, informando que foram verificadas evidências que corroboram as intervenções realizadas pela Fundação Renova nas infraestruturas relacionadas no Banco de Dados do Programa às alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e às cláusulas 86 e 87 do TTAC. Entretanto, a EY destacou que em consulta realizada à Revisão 01 da taxonomia do PG010, foram identificadas divergências entre as codificações dos projetos/processos registradas no referido documento e aquelas utilizadas no Banco de Dados do Programa para duas infraestruturas listadas nesse documento, conforme detalhado a seguir:

- Paróquia São José: de acordo com o Banco de Dados do Programa, a infraestrutura pertence ao projeto “PF0032 - Reforma de Edificações”, que na taxonomia se refere ao “PJ01”. Entretanto, esta infraestrutura foi associada, no Banco de Dados, ao “PJ02” – que na taxonomia se refere ao projeto “PF0033 - Reforma de Bens Públicos”;
- Capela dos Passos: de acordo com o Banco de Dados do Programa, a infraestrutura pertence ao processo

"PF8101 – Manutenção de Edificações", que na taxonomia se refere ao "PR02". Entretanto, esta infraestrutura foi associada, no Banco de Dados, ao "PJ02" – que na taxonomia se refere ao projeto "PF0033 - Reforma de Bens Públicos".

Adicionalmente, a EY informou que duas infraestruturas pertencentes ao Projeto de Reforma de Edificações (Paróquia São José e Fábrica de Manilhas e Bloquetes) e uma infraestrutura pertencente ao Processo de Manutenção de Edificações (Capela dos Passos) foram vinculadas, pela Fundação Renova, no Banco de Dados do Programa, a itens de cláusulas diferentes daqueles indicados no referido projeto/processo na Revisão 01 da taxonomia do Programa.

Em seguida, a CT-Infra enviou o Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº. 7/2023 para a Fundação Renova em 21 de agosto de 2023, solicitando ajustes nas codificações das estruturas: Paróquia São José, Capela dos Passos e Fábrica de Manilhas no Banco de Dados do PG010. A Fundação Renova então enviou o Ofício FR.2023.2135 à CT-Infra no dia 25 de agosto de 2023, informando que realizou os ajustes nas codificações das estruturas Paróquia São José e Capela dos Passos no banco de dados do Programa. Com relação à Fábrica de Manilhas, a Fundação Renova informou que a codificação da estrutura no Banco de Dados se encontra adequada.

Em 28 de agosto de 2023, a CT-Infra emitiu a Nota Técnica 23/2023 aprovando a Revisão 01 da taxonomia do PG010. Destaca-se que nessa nota técnica a Câmara Técnica relata que os membros da CT-Infra e da EY receberam e analisaram, individualmente, as respostas e ajustes, apresentados pela Fundação Renova no Ofício FR.2023.2135, sobre os quais não foram identificados pontos de dissenso ou de manifestação contrária ao que foi posto. Entretanto, a EY somente teve acesso ao Ofício FR.2023.2135 no dia 30 de agosto de 2023, quando a CT-Infra o encaminhou junto ao Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº. 8/2023.

Considerando o disposto, as alíneas "c", "g" e "q" da cláusula 84 e as cláusulas 86 e 87 do TTAC foram consideradas concluídas pela CT-Infra por meio da Nota Técnica nº 24/2023, emitida em 29 de agosto de 2023. E, em 30 de agosto de 2023, por meio do Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº 8/2023, a CT-Infra solicitou à EY que avaliasse as evidências disponibilizadas pela Fundação Renova relacionadas ao cumprimento desses itens de cláusula. Sendo assim, a EY planejou procedimentos de verificação de evidências do cumprimento das alíneas "c", "g" e "q" da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC pela Fundação Renova.

Em 18 de setembro de 2023 a Fundação Renova protocolou junto ao CIF e à CT-Infra o Ofício FR.2023.2331, apresentando a Revisão 02 da taxonomia do Programa de Recuperação das demais Comunidades e Infraestruturas impactadas entre Fundão e Candonga. Até a data de emissão desse relatório, entretanto, não foi identificada formalização de aprovação dessa versão da taxonomia pela CT-Infra, e diante disso, a Revisão 01 da taxonomia do PG010, aprovada pela CT-Infra em 28 de agosto de 2023, foi considerada na execução dos procedimentos apresentados a seguir:

Tabela 1 - Procedimentos realizados pela EY

Nº	Descrição do Procedimento
1	Verificação de evidências que suportam o cumprimento das alíneas "c", "g" e "q" da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC
1.1	Verificação de evidências que suportam o cumprimento da alínea "c" da cláusula 84 do TTAC
1.2	Verificação de evidências que suportam o cumprimento da alínea "g" da cláusula 84 do TTAC
1.3	Verificação de evidências que suportam o cumprimento da alínea "q" da cláusula 84 do TTAC
1.4	Verificação de evidências que suportam o cumprimento da cláusula 86 do TTAC
1.5	Verificação de evidências que suportam o cumprimento da cláusula 87 do TTAC

Ademais, a versão do documento de Definição do Programa (novembro/2022), aprovada pela Deliberação CIF nº 629 de 07 de dezembro de 2022, também foi considerada na execução dos procedimentos. Esse documento apresenta alternativas para a comprovação das intervenções realizadas pela Fundação Renova, tais como termo de aceite e/ou relatório fotográfico de conclusão das obras de recuperação e/ou manifestação do beneficiário no SGS e/ou ata de reunião com o beneficiário e/ou inspeção física na infraestrutura. Ainda de acordo com o documento, essas evidências podem ser consideradas no processo de encerramento das cláusulas do Programa (cláusulas 82 a 88 do TTAC) junto à CT-Infra e ao CIF. Diante do exposto, a EY ressalta que não foram realizadas vistorias físicas em todas as infraestruturas apresentadas nesse documento.

Junto ao Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº 8/2023, a CT-Infra disponibilizou para a EY o Banco de Dados do PG010 ("BANCO DE DADOS TERRITORIO 1 NOVA PROPOSTA REV.14_25-08-2023.xlsm"). A partir de filtro no campo "ITEM CLAUSULA" do Banco de Dados, foi identificado que as seis infraestruturas listadas na Nota Técnica CT-Infra nº 24/2023 se referem às infraestruturas classificadas como alíneas "c", "g" e "q" da cláusula 84 e as cláusulas 86 e 87 do TTAC, conforme apresentado na tabela a seguir.

Tabela 2 - Classificação das infraestruturas em itens de cláusulas do TTAC, realizada pela Fundação Renova

#	MUNICÍPIO	PROPRIETÁRIO/ RESPONSÁVEL	ENDEREÇO	TÉRMINO REAL	IDENTIFICAÇÃO ITEM	SUBPROJETO SUBPROCESSO	ITEM CLAUSULA
1	MARIANA	PREFEITURA MUNICIPAL DE MARIANA	PONTE DO GAMA - CAPELA NOSSA SENHORA APARECIDA	20/07/2018	RFPUB-0002	SPJ09	ALNG
2	BARRA LONGA	PAROQUIA SAO JOSE (ARQUIDIOCESE)	RODOVIA EDMUNDO MARIANO DA COSTA LANA S/N	15/09/2016	RFPUB-0034	SPJ09	ALNG
3	BARRA LONGA	ANTONIO LUIZ GONCALVES	PRACA MANOEL LINO MOL, 1, CENTRO, BARRA LONGA -MG	11/10/2018	MAEDI-0313	SPR05	ALNC
4	BARRA LONGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA	RUA MATIAS BARBOSA, MORRO VERMELHO S/N - CAPELA DOS PASSOS	26/12/2016	RFPUB-0035	SPJ09	ALNG
5	BARRA LONGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA	RUA RAIMUNDO ALVES XAVIER - (FABRICA DE MANILHAS)	31/12/2018	RFEDI-0143	SPJ03	CAPT 86 CAPT 87
6	BARRA LONGA	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARRA LONGA	RODOVIA EDMUNDO MARIANO COSTA LANA, VOLTA DA CAPELA	21/12/2020	RFPUB-0024	SPJ11	ALNQ

Ressalta-se que a classificação das infraestruturas em itens de cláusulas do TTAC foi realizada pela Fundação Renova, não sendo escopo da EY realizar procedimento relacionado à verificação da classificação efetuada. Isso posto, é importante destacar que não coube à EY verificar se o Banco de Dados possui outras infraestruturas que deveriam ter sido classificadas nos itens de cláusulas que estão sendo objeto de verificação neste relatório. Além disso, observa-se que o Banco de Dados é atualizado com recorrência pela Fundação Renova, e cabe ressaltar que futuras atualizações relacionadas à classificação em projetos/processos ou itens de cláusula podem afetar os resultados apresentados nesse relatório.

Não foi objeto do escopo de trabalho da EY a realização de procedimentos específicos destinados à verificação da integridade, validade e/ou autenticidade da documentação, e das informações fornecidas pela Fundação Renova e pelas pessoas envolvidas nos processos e projetos. Adicionalmente, a EY não realizou nenhum procedimento com o objetivo de detectar fraudes, sendo que a responsabilidade pela integridade e exatidão das informações disponibilizadas é exclusiva da Fundação Renova.

É importante salientar que a verificação dos dispêndios Reparatórios e Compensatórios dos Programas é realizada pela EY no âmbito de outra frente de trabalho, uma vez que os gastos não possuem um detalhamento e/ou divisão por cláusulas, itens ou parágrafos.

Os resultados apresentados neste documento se referem somente aos procedimentos aqui descritos e realizados com base nos documentos e informações disponibilizados até o fechamento deste relatório. A execução de outros procedimentos ou atualização dos documentos encaminhados podem apresentar resultados distintos daqueles demonstrados neste documento.

3. Resultados dos Procedimentos

Para a execução dos procedimentos apresentados acima, foram consideradas as evidências disponibilizadas pela Fundação Renova à EY. Seguem os resultados alcançados:

3.1. Verificação de evidências que suportam o cumprimento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC

Reitera-se que a verificação, pela EY, de evidências do cumprimento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC foi realizada a partir da solicitação da CT-Infra, que ocorreu em 30 de agosto de 2023, por meio do Ofício SEINFRA/CT-INFRA nº 8/2023, com base em sua Nota Técnica nº 24/2023, que recomendou a conclusão dos itens de cláusulas do TTAC. Na tabela a seguir, apresentamos esses itens de cláusulas e suas respectivas codificações, conforme Revisão 01 da taxonomia do PG010 aprovada pela CT-Infra:

Tabela 3 - Codificação dos itens de cláusulas considerados concluídos pela Nota Técnica CT-Infra nº 24/2023

Item Cláusula	Texto da Cláusula	Codificação Taxonomia
Alínea “c” 84	O programa deverá prever as seguintes ações reparatórias para as áreas impactadas entre Fundão e Candonga, observado o parágrafo segundo da CLÁUSULA 82: c) demolição de estruturas comprometidas remanescentes e consequente limpeza;	P10.R04.C084.IC.ALNC.PR02. SPR05.I02-I04
Alínea “g” 84	O programa deverá prever as seguintes ações reparatórias para as áreas impactadas entre Fundão e Candonga, observado o parágrafo segundo da CLÁUSULA 82: g) reconstrução ou reforma de igrejas e outros templos religiosos;	P10.R04.C084.IC.ALNG.PJ02. SPJ09.I01-I03
Alínea “q” 84	O programa deverá prever as seguintes ações reparatórias para as áreas impactadas entre Fundão e Candonga, observado o parágrafo segundo da CLÁUSULA 82: q) recuperação das estruturas de captação e tratamento de esgoto impactadas;	P10.R04.C084.IC.ALNQ.PJ02. SPJ11.I02-I04
Caput 86	No caso de estruturas públicas impactadas, além da reparação do imóvel, devem ser recompostos os equipamentos, mobiliário e instrumental, bem como o material de consumo, comprovadamente perdido ou danificado diretamente em razão do EVENTO, necessário ao funcionamento do respectivo serviço.	Cláusula não prevista na taxonomia
Caput 87	Para os efeitos da cláusula 86 acima, não sendo possível comprovar o volume do estoque de material de consumo destruído, deverá ser indenizado o montante correspondente ao consumo da instalação ao longo de 6 (seis) meses.	P10.R04.C087.IC.CAPT.PJ01. SPJ03.I01-I03

Nos tópicos seguintes apresentamos os resultados obtidos a partir da execução dos procedimentos de verificação de evidências que suportam o cumprimento das alíneas “c”, “g” e “q” da cláusula 84 e das cláusulas 86 e 87 do TTAC.

3.1.1. Verificação de evidências que suportam o cumprimento da alínea “c” da cláusula 84 do TTAC

A alínea “c” da cláusula 84 do TTAC dispõe que: “O programa deverá prever as seguintes ações reparatórias para as áreas impactadas entre Fundão e Candonga, observado o parágrafo segundo da CLÁUSULA 82: c) demolição de estruturas comprometidas remanescentes e consequente limpeza.”.

De acordo com a taxonomia do PG010, a alínea “c” da cláusula 84 do TTAC é representada pelo código “P10.R04.C084.IC.ALNC.PR02.SPR05.I02-I04”, portanto foi relacionada ao subprocesso SPR05 – Manutenção de Edificações - PERÍODO EMERGENCIAL - Demolição de Casas, pertencente ao processo PR02 - PF8101 – Manutenção de Edificações.

Conforme Banco de Dados do PG010, a alínea “c” da cláusula 84 compreende apenas a infraestrutura MAEDI-0313, localizada na Praça Manoel Lino Mol, 1, Centro, Barra Longa (MG). Adicionalmente, identificamos que no Banco de Dados do Programa, a infraestrutura MAEDI-0313 foi relacionada com o subprocesso SPR05 – Manutenção de Edificações - PERÍODO EMERGENCIAL - Demolição de Casas, conforme previsto na taxonomia

do Programa. Ressalta-se que não foram identificadas no banco de dados outras infraestruturas associadas a esse subprocesso.

Para evidenciar a conclusão da reparação relacionada à essa infraestrutura, a Fundação Renova disponibilizou ata de reunião com o beneficiário e Relatório de Controle Ambiental (RCA).

A partir da ata de reunião disponibilizada, datada de 07 de junho de 2023, a EY identificou que a equipe do Programa da Fundação Renova se reuniu com a família do Sr. Antônio Luiz Gonçalves com o objetivo de formalizar o atendimento referente ao imóvel localizado na Praça Manoel Lino Mol, nº 01 - Barra Longa. Segundo o documento, foi realizada a demolição do imóvel e no local foi realizado o plantio de grama. Ainda de acordo com a ata, o Sr. Antônio Luiz Gonçalves recebeu a verba para autogestão da construção, sendo assinado o termo na data de 27 de julho de 2022, quitado o compromisso e homologado de acordo com o processo número: 5003623-45.2022.8.13.0400. A EY identificou que a ata se encontra assinada pelo Sr. Antônio Luiz Gonçalves e por demais participantes da reunião.

Adicionalmente, por meio de busca realizada no site de Consulta Pública do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), a EY identificou que em 16 de agosto de 2022, o acordo firmado entre Fundação Renova e o Sr. Antônio Luiz Gonçalves foi homologado pela Juíza da Comarca de Mariana. Além disso, foi identificado que em 13 de setembro de 2022, o processo de indenização por dano material da Fundação Renova e do Sr. Antônio Luiz Gonçalves foi arquivado.

Por meio da ata de reunião com o beneficiário e da verificação da homologação e arquivamento do processo judicial, foram identificadas evidências que corroboram a demolição do imóvel e o pagamento de pecúnia relacionado à infraestrutura MAEDI-0313.

Uma vez que o Banco de Dados do PG010 estabelece que a alínea “c” da cláusula 84 compreende apenas a infraestrutura MAEDI-0313, que foram verificadas evidências que corroboram a demolição do imóvel e o pagamento de pecúnia relacionado à infraestrutura, e considerando que o item MAEDI-0313 no Banco de Dados foi relacionada com o subprocesso condizente ao previsto na taxonomia do Programa, a EY identificou evidências que corroboram o atendimento à alínea “c” da cláusula 84.

3.1.2. Verificação de evidências que suportam o cumprimento da alínea “g” da cláusula 84 do TTAC

A alínea “g” da cláusula 84 do TTAC determina que: *“O programa deverá prever as seguintes ações reparatórias para as áreas impactadas entre Fundão e Candonga, observado o parágrafo segundo da CLÁUSULA 82: g) reconstrução ou reforma de igrejas e outros templos religiosos”.*

De acordo com a taxonomia do PG010 a alínea “g” da cláusula 84 do TTAC é representada pelo código “P10.R04.C084.IC.ALNG.PJ02.SPJ09.I01-I03”, portanto foi relacionada ao subprojeto SPJ09 - Reforma de Bens Públicos - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL - (Templos Religiosos), pertencente ao projeto PJ02 - PF0033 - Reforma de Bens Públicos.

Segundo o Banco de Dados do PG010, a alínea “g” da cláusula 84 compreende as infraestruturas:

- RFPUB-0002: Capela Nossa Senhora Aparecida, localidade de Ponte do Gama, Mariana (MG);
- RFPUB-0034: Paróquia São José, Barra Longa (MG); e,
- RFPUB-0035: Capela dos Passos, Morro Velho, Barra Longa (MG).

Ainda com relação à consulta do Banco de Dados do PG010, observa-se que as infraestruturas RFPUB-0002, RFPUB-0034 e RFPUB-0035 foram relacionadas com o subprojeto SPJ09 - Reforma de Bens Públicos - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL - (Templos Religiosos), conforme previsto na taxonomia do Programa. Ressalta-se que não foram identificadas no Banco de Dados outras infraestruturas associadas a esse subprojeto.

Com relação à infraestrutura RFPUB-0002, foram disponibilizados Termo de Autorização de Intervenção e Ordem de Serviço assinados pelo proprietário. Em inspeção física realizada pela EY no dia 27 de julho de 2021, foi verificado que os serviços constantes na documentação disponibilizada pela Fundação Renova foram realizados. Dessa forma, a partir da inspeção física, foi possível verificar evidências da reforma da infraestrutura pela Fundação Renova, conforme itens previstos na Ordem de Serviço apresentada.

No que diz respeito à infraestrutura RFPUB-0034, foram disponibilizados Termo de Autorização de Intervenção, Ordem de Serviço e Termo de Entrega de Recebimento de Bens assinados. O Termo de Entrega, assinado no dia 15 de setembro de 2016 pelo Padre Rodrigo Marcos Ferreira, evidencia a reforma da infraestrutura pela Samarco. Adicionalmente, no dia 31 de agosto de 2017, por meio de inspeção física realizada na infraestrutura, a EY verificou que a reforma foi feita de acordo com o escopo acordado. Sendo assim, por meio da documentação suporte e da inspeção física realizada, a EY identificou evidências da reforma da infraestrutura pela Samarco.

Com relação à infraestrutura RFPUB-0035, foram disponibilizados Termo de Autorização e Termo de Entrega de Imóvel e Bens. O Termo de Entrega, assinado no dia 26 de dezembro de 2016 pela Sra. Vânia Aparecida Moreira de Carvalho, evidencia a reforma da infraestrutura pela Fundação Renova.

Dado que o Banco de Dados do PG010 estabelece que a alínea “g” da cláusula 84 compreende apenas as infraestruturas RFPUB-0002, RFPUB-0034 e RFPUB-0035, que tiveram evidências de conclusão de reforma verificadas, e considerando que os itens no Banco de Dados foram relacionados com o subprojeto condizente ao previsto na taxonomia do Programa, a EY identificou evidências que corroboram o atendimento à alínea “g” da cláusula 84.

3.1.3. Verificação de evidências que suportam o cumprimento da alínea “q” da cláusula 84 do TTAC

A alínea “q” da cláusula 84 do TTAC estabelece que: *“O programa deverá prever as seguintes ações reparatórias para as áreas impactadas entre Fundão e Candonga, observado o parágrafo segundo da CLÁUSULA 82: q) recuperação das estruturas de captação e tratamento de esgoto impactadas;”*.

Conforme taxonomia do PG010 a alínea “q” da cláusula 84 do TTAC é representada pelo código “P10.R04.C084.IC.ALNQ.PJ02.SPJ11.I02-I04”, portanto foi relacionada ao subprojeto SPJ11 - Reforma de Bens Públicos - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL - (Rede de Esgoto), pertencente ao projeto PJ02 - PF0033 - Reforma de Bens Públicos.

Segundo o Banco de Dados do PG010, a alínea “q” da cláusula 84 compreende apenas a infraestrutura RFPUB-0024: Rede de esgoto de Barra Longa – Rodovia Edmundo Mariano Costa Lana, Volta Da Capela, Barra Longa (MG). Ademais, identificamos que essa infraestrutura foi relacionada com o subprojeto SPJ11 - Reforma de Bens Públicos - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL - (Rede de Esgoto), conforme previsto na taxonomia do Programa. Ressalta-se que, não foram identificadas no Banco de Dados outros itens associados a esse subprojeto.

Para evidenciar a conclusão da reparação relacionada à essa infraestrutura, a Fundação Renova disponibilizou à EY o Termo de Autorização de Intervenção em Bem Público, Ordem de Serviço e Termo de Recebimento de Bem Público. Foi verificado que os documentos foram assinados pelo prefeito de Barra Longa no dia 20 de julho de 2021 e por representantes da Fundação Renova. O Termo de Recebimento formaliza a entrega da obra de rede esgoto da Volta da Capela, dando plena quitação à Fundação Renova quanto à obrigatoriedade de reparação referente às obras realizadas.

Uma vez que o Banco de Dados do PG010 estabelece que a alínea “q” da cláusula 84 compreende apenas o item RFPUB-0024, que foram verificadas evidências que corroboram a conclusão da obra referente à infraestrutura, e considerando que o item RFPUB-0024 no Banco de Dados foi relacionado com o subprojeto condizente ao previsto na taxonomia do Programa, a EY identificou evidências que corroboram o atendimento à alínea “q” da cláusula 84.

3.1.4. Verificação de evidências que suportam o cumprimento da cláusula 86 do TTAC

O caput da cláusula 86 do TTAC determina que: *“No caso de estruturas públicas impactadas, além da reparação do imóvel, devem ser recompostos os equipamentos, mobiliário e instrumental, bem como o material de consumo, comprovadamente perdido ou danificado diretamente em razão do EVENTO, necessário ao funcionamento do respectivo serviço”*.

Segundo o Banco de Dados do PG010, a cláusula 86 compreende apenas a infraestrutura RFEDI-0143: Fábrica de Manilhas, para a qual a Fundação Renova apresentou as mesmas evidências relacionadas ao cumprimento da cláusula 87 do TTAC. Conforme apresentado no item 3.1.5. foi possível verificar evidências que corroboram a reconstrução da Fábrica de Manilhas e a reposição de equipamentos e de bloquetes para a fábrica.

Ressalta-se que a Revisão 01 da taxonomia do PG010 apresentada pela Fundação Renova e aprovada pela Nota Técnica CT-Infra nº 23/2023, não estabelece uma codificação para a cláusula 86 do TTAC. Apesar de não estar aprovada, a EY verificou que na Revisão 02 da taxonomia a Fundação Renova acrescentou uma observação que indica que a cláusula 86-caput está associada à 87-caput. Dessa forma, a conclusão do SPJ03, mencionada no item 3.1.5, atende tanto à cláusula 87-caput quanto à 86-caput.

Sendo assim, foi possível observar as evidências de reconstrução da Fábrica de Manilhas e a reposição de equipamentos e de bloquetes para a fábrica, previstas na infraestrutura RFEDI-0143, relacionada no Banco de Dados às cláusulas 86 e 87 do TTAC. A ressalva se refere à taxonomia aprovada que não apresenta em seus itens a cláusula 86 do TTAC.

3.1.5. Verificação de evidências que suportam o cumprimento da cláusula 87 do TTAC

O caput da cláusula 87 dispõe que: *“Para os efeitos da cláusula 86 acima, não sendo possível comprovar o volume do estoque de material de consumo destruído, deverá ser indenizado o montante correspondente ao consumo da instalação ao longo de 6 (seis) meses”*.

De acordo com a taxonomia do PG010 a cláusula 87 do TTAC é representada pelo código “P10.R04.C087.IC.CAPT.PJ01.SPJ03.I01-I03”, portanto foi relacionada ao subprojeto SPJ03 - Reforma de Edificações - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL (Fábrica de Manilhas), pertencente ao projeto PJ01 - PF0032 - Reforma de Edificações.

Por meio de consulta ao Banco de Dados do Programa, foi identificado que somente a infraestrutura RFEDI-0143: Fábrica de manilhas e bloquetes, localizada em Barra Longa (MG), foi categorizada como pertencente à cláusula 87 do TTAC. Ademais, identificamos que a infraestrutura RFEDI-0143 foi relacionada no Banco de Dados do PG010, com o subprojeto SPJ03 - Reforma de Edificações - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL (Fábrica de Manilhas), conforme previsto na taxonomia do Programa. Ressalta-se que não foram identificadas no Banco de Dados outras infraestruturas associadas a esse subprojeto.

Com relação à verificação da reforma do item RFEDI-0143, a EY identificou que no dia 10 de dezembro de 2019, o Prefeito do município de Barra Longa (MG) assinou o Termo de Recebimento de Imóvel Reconstruído, confirmando que as obras de reconstrução da Fábrica de Manilhas foram realizadas. Ainda de acordo com o documento, o signatário deu plena, geral e irrevogável quitação à Fundação Renova quanto à obrigação de reparação referente às obras de reconstrução concluídas.

A partir do Termo de Recebimento de Imóvel Reconstruído, foi possível verificar que a Fundação Renova adquiriu equipamentos para a fabricação de bloquetes e manilhas. Adicionalmente, foi verificado que o Prefeito atestou que os equipamentos foram entregues na Fábrica de Manilhas e que estavam funcionando conforme teste realizado e se encontravam isentos de defeitos, conforme inspeção visual.

Por meio do ofício nº 019/2021, emitido pela Prefeitura Municipal de Barra Longa (MG) em 09 de abril de 2021, a EY identificou que a Prefeitura confirmou a conclusão das entregas dos 263.158 bloquetes ao município, conforme

ofício FR.2021.0378, enviado pela Fundação Renova à Prefeitura no dia 24 de março de 2021. Adicionalmente, a Prefeitura formalizou o aceite final referente à demanda das entregas dos bloquetes da Fábrica de Bloquetes e da Fábrica de Manilhas.

Dado que o Banco de Dados do PG010 estabelece que a cláusula 87 compreende apenas o item RFEDI-0143, que foram verificadas evidências que corroboram a reconstrução da Fábrica de Manilhas e a reposição de equipamentos e de bloquetes para a fábrica, e considerando que a infraestrutura no Banco de Dados foi relacionada com o subprojeto condizente ao previsto na taxonomia do Programa, a EY identificou evidências que corroboram o atendimento à cláusula 87.

Adicionalmente, é importante ressaltar que, conforme apresentado na seção de Detalhamento dos Procedimentos, não foi escopo da EY verificar se outros bem públicos que foram reformados/reconstruídos deveriam ter sido vinculados à cláusula 87 do TTAC.

4. Conclusão

Ao executar os procedimentos de verificação com base nas premissas apresentadas no documento de Definição do Programa (novembro/2022), cujos resultados foram dispostos no capítulo anterior, e considerando o Fluxo de Avaliação e Decisão de Cumprimento de Cláusula ou outras obrigações do TTAC e TAC GOV, a documentação suporte analisada indica que:

- Em atendimento à alínea “c” da cláusula 84, verificamos evidências que demonstram que a Fundação Renova realizou a demolição do imóvel localizado na Praça Manoel Lino Mol, nº 01, Barra Longa (MG) e fez o pagamento de pecúnia relacionado à demolição da infraestrutura. Adicionalmente, identificamos que no Banco de Dados do PG010, a infraestrutura foi relacionada ao subprocesso SPR05 – Manutenção de Edificações - PERÍODO EMERGENCIAL - Demolição de Casas, conforme previsto na Revisão 01 da taxonomia do Programa;
- Em atendimento à alínea “g” da cláusula 84, a Fundação Renova realizou a reforma da Capela Nossa Senhora Aparecida, Paróquia São José e Capela dos Passos. Ademais, identificamos que no Banco de Dados do PG010, as infraestruturas foram relacionadas ao subprojeto SPJ09 - Reforma de Bens Públicos - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL - (Templos Religiosos), conforme previsto na Revisão 01 da taxonomia do Programa;
- Em atendimento à alínea “q” da cláusula 84, a EY verificou evidências que corroboram a execução da obra da rede de esgoto de Barra Longa, localizada na Rodovia Edmundo Mariano Costa Lana, Volta Da Capela, Barra Longa (MG), pela Fundação Renova. Adicionalmente, identificamos que no Banco de Dados do PG010, a infraestrutura foi relacionada ao subprojeto SPJ11 - Reforma de Bens Públicos - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL - (Rede de Esgoto), conforme previsto na Revisão 01 da taxonomia do Programa.
- Com relação à cláusula 86 do TTAC, apesar de não estar referenciada na Revisão 01 da taxonomia do PG010, foi possível observar as evidências de reconstrução da Fábrica de Manilhas e a reposição de equipamentos e de bloquetes para a fábrica, previstas na infraestrutura RFEDI-0143 que foi relacionada no Banco de Dados às cláusulas 86 e 87 do TTAC. Ressalta-se que apesar de não estar aprovada, a EY verificou que na Revisão 02 da taxonomia a Fundação Renova acrescentou uma observação que indica que a cláusula 86-caput está associada à 87-caput. Dessa forma, a conclusão do SPJ03 atende tanto à cláusula 87-caput quanto à 86-caput. A ressalva se refere à taxonomia aprovada que não apresenta em seus itens de codificação a cláusula 86 do TTAC.
- Em atendimento à cláusula 87, a Fundação Renova realizou a reconstrução da Fábrica de Manilhas e efetuou a reposição de equipamentos e de bloquetes para a fábrica. Ademais, identificamos que a infraestrutura RFEDI-0143 foi relacionada no Banco de Dados do PG010, com o subprojeto SPJ03 - Reforma de Edificações - Infraestrutura - PÓS PERÍODO EMERGENCIAL (Fábrica de Manilhas), conforme previsto na Revisão 01 da taxonomia do Programa.

Ressalta-se que, na Revisão 01 da taxonomia do PG010, a alínea “g” da cláusula 84 e a cláusula 87 do TTAC foram relacionadas aos indicadores “I01– % Obras concluídas de impacto direto” e “I03 – % Termos de aceite (ou evidências equivalentes) de obras concluídas de impacto direto”. Já as alíneas “c” e “q” da cláusula 84 foram relacionadas aos indicadores “I02 – % Obras concluídas de impacto indireto” e “I04 – % Termos de aceite (ou evidências equivalentes) de obras concluídas de impacto indireto”.

Ainda de acordo com a Revisão 01 da taxonomia do PG010, esses indicadores foram também relacionados a outros itens de cláusulas do TTAC, que ainda se encontram em execução pela Fundação Renova. Conforme disposto no documento de Definição do Programa (novembro/2022), a medição desses indicadores está prevista para ser concluída em fevereiro de 2025. Sendo assim, não foi possível verificar o alcance das metas desses indicadores, uma vez que esses contemplam infraestruturas que ainda estão sendo reconstruídas/reformadas pela Fundação Renova.

É importante ressaltar que o objetivo deste relatório não é verificar o encerramento do Programa, visto que as ações previstas nas demais cláusulas do TTAC, pertencentes ao Programa, ainda estão em andamento.